

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	15
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	39
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	40
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	41
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	327.818
Preferenciais	0
Total	327.818
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	1.038.861	989.287
1.01	Ativo Circulante	19.677	16.158
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	9.008	6.891
1.01.03	Contas a Receber	6.368	5.142
1.01.03.01	Clientes	6.368	5.142
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.780	2.581
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.780	2.581
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.411	1.413
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	110	131
1.01.08.03	Outros	110	131
1.01.08.03.01	Contas a Receber Partes Relacionadas	0	20
1.01.08.03.02	Outros	110	111
1.02	Ativo Não Circulante	1.019.184	973.129
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	65.504	59.485
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	8.245	7.487
1.02.01.01.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	8.245	7.487
1.02.01.03	Contas a Receber	114	0
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	114	0
1.02.01.06	Tributos Diferidos	39.127	33.866
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	39.127	33.866
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	0	113
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	18.018	18.019
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	18.018	18.019
1.02.03	Imobilizado	1.296	1.349
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.296	1.349
1.02.04	Intangível	947.362	906.824
1.02.04.01	Intangíveis	947.362	906.824
1.02.05	Diferido	5.022	5.471

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	1.038.861	989.287
2.01	Passivo Circulante	92.405	77.090
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.688	3.537
2.01.01.01	Obrigações Sociais	3.688	3.537
2.01.02	Fornecedores	15.610	11.424
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	15.610	11.424
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.317	1.873
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.484	1.161
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	833	712
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	23.792	22.735
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	23.196	22.735
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	23.196	22.735
2.01.04.02	Debêntures	596	0
2.01.05	Outras Obrigações	43.116	36.304
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	35.314	25.795
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	2.684	3.093
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	32.630	22.702
2.01.05.02	Outros	7.802	10.509
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	6.593	8.794
2.01.05.02.05	Taxa de Fiscalização	256	242
2.01.05.02.07	Outras Contas a Pagar	953	1.473
2.01.06	Provisões	3.882	1.217
2.01.06.02	Outras Provisões	3.882	1.217
2.01.06.02.04	Provisões para Investimentos em Rodovia	1.839	1.217
2.01.06.02.05	Provisão para Manutenção em Rodovia	2.043	0
2.02	Passivo Não Circulante	689.891	690.273
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	440.365	438.760
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	315.676	319.386
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	315.676	319.386
2.02.01.02	Debêntures	124.689	119.374
2.02.02	Outras Obrigações	203.549	206.910
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	203.269	206.608
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	203.269	206.608
2.02.02.02	Outros	280	302
2.02.02.02.01	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações	280	0
2.02.04	Provisões	45.977	44.603
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	225	120
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	64	41
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	161	79
2.02.04.02	Outras Provisões	45.752	44.483
2.02.04.02.04	Provisões para Manutenção em Rodovia	42.869	41.049
2.02.04.02.05	Provisão para Investimentos em Rodovia	2.883	3.434
2.03	Patrimônio Líquido	256.565	221.924
2.03.01	Capital Social Realizado	327.818	282.818
2.03.04	Reservas de Lucros	254	254
2.03.04.01	Reserva Legal	254	254

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-71.507	-61.148

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	69.315	70.608
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-68.737	-66.684
3.03	Resultado Bruto	578	3.924
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.263	-3.053
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.263	-3.053
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-2.002	-2.821
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-278	-232
3.04.02.05	Outras Receitas Operacionais Líquidas	17	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-1.685	871
3.06	Resultado Financeiro	-13.934	-9.555
3.06.01	Receitas Financeiras	707	2.047
3.06.01.01	Receitas Financeiras	707	2.047
3.06.02	Despesas Financeiras	-14.641	-11.602
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-14.641	-11.602
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-15.619	-8.684
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	5.261	2.870
3.08.02	Diferido	5.261	2.870
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-10.358	-5.814
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-10.358	-5.814
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,03313	-0,02396
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-0,03313	-0,02396

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	-10.358	-5.814
4.03	Resultado Abrangente do Período	-10.358	-5.814

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.863	4.438
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	12.164	10.863
6.01.01.01	Lucro (prejuízo líquido do período)	-10.358	-5.814
6.01.01.02	Depreciação e amortização	10.268	9.169
6.01.01.05	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-5.261	-2.870
6.01.01.06	Juros e variações sobre mutuos	7.222	5.943
6.01.01.07	Receitas com aplicações financeiras vinculadas	-259	-239
6.01.01.08	Despesas de juros, liquidas das receitas	6.467	4.603
6.01.01.10	Resultado de reversão de ajuste a valor presente	656	123
6.01.01.11	Provisão (reversão) para riscos civeis e trabalhistas	150	147
6.01.01.12	Provisão para manutenção em rodovia	3.279	-199
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-10.301	-6.425
6.01.02.01	Contas a receber	-1.226	286
6.01.02.02	Estoques	0	442
6.01.02.03	Despesas antecipadas	115	-441
6.01.02.04	Imposto a recuperar	-316	-50
6.01.02.05	Contas a receber - partes relacionadas	20	450
6.01.02.06	Depósitos judiciais	1	-1.001
6.01.02.07	Outras contas a receber	-113	701
6.01.02.08	Fornecedores	872	-1.408
6.01.02.09	Transações com partes relacionadas	-99	256
6.01.02.10	Obrigações sociais e trabalhistas	151	-421
6.01.02.11	Obrigações fiscais	444	103
6.01.02.12	Cauções contratuais	-1.912	279
6.01.02.13	Despesas pagas sobre empréstimos	136	-65
6.01.02.15	Pagamento riscos civeis e trabalhistas	-45	-135
6.01.02.17	Juros pagos	-7.801	-5.868
6.01.02.18	Outras contas a pagar	-542	439
6.01.02.19	Taxa de fiscalização	14	8
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-39.481	-42.126
6.02.01	Aquisições de itens do ativo imobilizado	0	-241
6.02.02	Adições ao intangível	-38.936	-41.266
6.02.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	-952	-619
6.02.04	Valor resgatado de aplicações financeiras vinculadas	407	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	39.735	38.531
6.03.01	Captações de Empréstimos	0	2.563
6.03.02	Pagamentos de Empréstimos	-5.265	-4.068
6.03.03	Aumento de capital	45.000	0
6.03.05	Captacoes de empréstimos - empresas ligadas	0	41.000
6.03.06	Pagamento de juros - empresas ligadas	0	-964
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2.117	843
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	6.891	8.052
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	9.008	8.895

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	282.818	254	0	-61.148	0	221.924
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	282.818	254	0	-61.148	0	221.924
5.04	Transações de Capital com os Sócios	45.000	0	0	0	0	45.000
5.04.01	Aumentos de Capital	45.000	0	0	0	0	45.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-10.359	0	-10.359
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-10.359	0	-10.359
5.07	Saldos Finais	327.818	254	0	-71.507	0	256.565

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	247.818	254	0	-19.686	0	228.386
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	247.818	254	0	-19.686	0	228.386
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-5.814	0	-5.814
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-5.814	0	-5.814
5.07	Saldos Finais	247.818	254	0	-25.500	0	222.572

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 31/03/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 31/03/2015
7.01	Receitas	72.010	73.058
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	30.639	28.283
7.01.02	Outras Receitas	41.371	44.775
7.01.02.01	Receita dos Serviços de Construção	41.169	44.738
7.01.02.02	Outras	202	37
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-56.202	-56.916
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-49.807	-54.545
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.608	-464
7.02.04	Outros	-4.787	-1.907
7.02.04.04	Custo da concessão	-1.418	-1.407
7.02.04.05	Custo de Provisão de Manutenção em Rodovias	-3.279	199
7.02.04.06	Outros	-90	-699
7.03	Valor Adicionado Bruto	15.808	16.142
7.04	Retenções	-10.268	-9.169
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-10.268	-9.169
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	5.540	6.973
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	9.835	4.096
7.06.02	Receitas Financeiras	707	2.047
7.06.03	Outros	9.128	2.049
7.06.03.03	Outros	9.128	2.049
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	15.375	11.069
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	15.375	11.069
7.08.01	Pessoal	3.536	2.855
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.553	2.167
7.08.01.02	Benefícios	817	533
7.08.01.03	F.G.T.S.	166	155
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-2.583	124
7.08.02.01	Federais	-4.123	-1.299
7.08.02.03	Municipais	1.540	1.423
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	16.472	7.736
7.08.03.01	Juros	640	4.610
7.08.03.02	Aluguéis	66	348
7.08.03.03	Outras	15.766	2.778
7.08.03.03.01	Juros Capitalizados	8.042	1.824
7.08.03.03.02	Outras	7.724	954
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-10.358	-5.814
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-10.358	-5.814
7.08.05	Outros	8.308	6.168
7.08.05.01	Juros Partes Relacionadas	7.222	5.943
7.08.05.02	Juros Capitalizados Sobre Mútuos	1.086	225

Comentário do Desempenho



Rio Negro, 11 de maio de 2016 – A Autopista Planalto Sul S.A., “Empresa” do Grupo Arteris S/A., comenta seu resultado relativo ao primeiro trimestre de 2016 (1T16), período encerrado em 31 de março de 2016. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em Reais, estão de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstração dos resultados e notas explicativas, inseridas nas informações trimestrais não foram revisados pelos auditores independentes.

COMENTÁRIO DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Tráfego Pedagiado (Veículos Equivalentes):

- O tráfego pedagiado de veículos equivalentes no 1T16 foi de 6.382 mil veículos, 7,4% abaixo do realizado no mesmo período em 2015 (6.894 mil). Essa redução se deve principalmente a deterioração do ambiente econômico que o país vem passando nos últimos 12 meses. Historicamente, os fatores que exercem influência no desempenho do tráfego nas estradas concessionadas estão relacionados principalmente à evolução da atividade econômica brasileira, o que inclui os níveis de produção industrial, aumento ou redução da renda per capita, além de fatores regionais nas localidades onde estão situadas as rodovias. Em relação ao trimestre anterior o tráfego apresentou decréscimo de -0,8%.

Receita Operacional Bruta

- A receita Operacional Bruta da Empresa é composta por receitas de pedágio e receitas de obras. A receita bruta de pedágio registrou crescimento de 8,3% em relação a igual período do ano anterior passando de R\$ 28,3 milhões no 1T15 para R\$ 30,6 milhões no 1T16. Também registramos maiores receitas acessórias em relação ao 1T15 refletindo novos contratos de exploração da faixa de domínio. Na comparação com o 4T15 houve aumento de 13,6%. O aumento na receita se deve principalmente ao aumento da tarifa de pedágio ocorrido em 19 de dezembro de 2015 onde a tarifa básica de pedágio passou de R\$ 4,10 para R\$ 4,80 representando um acréscimo de 17,07%.
- A Empresa reconheceu Receita de Obras no valor de R\$ 41,2 milhões, sendo R\$ 3,7 milhões menor que o 1T15. O volume de obras é diretamente ligado ao cronograma de obras que previa menor volume de obras no trimestre atual em relação a igual período do ano anterior. Na comparação com o 4T15 houve aumento de R\$ 3,9 milhões. A contrapartida desta receita, de igual montante, está demonstrada em Custo de Serviço de Construção, eliminando qualquer efeito sobre o resultado. Este ajuste foi realizado em atendimento às Normas Internacionais de Contabilidade, representada pelo ICPC01.

Custos e Despesas

- Os custos dos serviços prestados do 1T16 registraram aumento de R\$ 1 milhão se comparados ao 1T15. Esse aumento se deve principalmente ao reajuste contratual do serviço de atendimento pré-hospitalar, serviço de guincho, maiores custos com a conservação da faixa de domínio e serviços de conservação de pavimento (tapa buraco), maior gasto com combustíveis dos veículos de operação da rodovia com energia elétrica devido a reajustes realizados pelo governo nos últimos 12 meses. Na comparação com 4T15 houve redução de R\$ 1 milhão. Essa

Comentário do Desempenho



redução se deve principalmente a menor necessidade de serviços de conservação de pavimento e drenagem.

- As despesas administrativas no 1T16 apresentaram redução de R\$ 811 mil em relação ao 1T15 devido principalmente a menores despesas com pessoal, consultoria jurídica e despesas com campanhas institucionais.
- De acordo com ICPC01 no 1T16 a Empresa apurou custos de serviços de construção de R\$ 41,2 milhões, representando redução de R\$ 3,7 milhões (8,0%) se comparado com o 1T15. Esse custo equivale ao valor registrado em receitas de obras.
- A provisão para manutenção no 1T16 aumentou R\$ 3,5 milhões em relação ao 1T15. Essa variação se deve a revisão no cronograma de obras do contrato de concessão e também devido a estornos de provisões realizadas no 1T15 que reduziu o custo com manutenção naquele período. Na comparação com o 4T15, registramos acréscimo de R\$ 56 mil representando 1,7% de aumento.

EBITDA e EBITDA Ajustado

- O EBITDA da Empresa encerrou o 1T16 em R\$ 8,6 milhões, 14,5% menor frente aos R\$ 10 milhões registrados no 1T15. A redução desse índice se deve principalmente a maiores custos e despesas operacionais e principalmente pelo aumento nos custos com provisão para manutenção. Em comparação com o 4T15, o EBITDA do 1T15 cresceu R\$ 5,6 milhões devido principalmente aumento na receita de pedágio, redução nos custos de serviços de conservação da rodovia e despesas operacionais.
- O EBITDA ajustado, excluindo os efeitos das provisões de manutenção em rodovia, resultantes da adoção do ICPC01, encerrou o 1T16 R\$ 2,0 milhões maior em relação ao 1T15 refletindo o aumento da receita de pedágio. Em relação ao 4T15 registramos acréscimo de R\$ 5,7 milhões do EBITDA ajustado representando aumento de 91,6%. Esse aumento é resultado do aumento da receita de pedágio e redução de custos e despesas operacionais.
- O EBITDA contempla a provisão para manutenção de rodovias, registrada em função da adoção do ICPC 01. O EBITDA Ajustado exclui os efeitos desta provisão.

Resultado Financeiro

- No 1T16 o resultado financeiro fechou 45,8%, menor na comparação com o 1T15. Essa variação negativa se deve ao aumento nas despesas financeiras devido a captações de empréstimo de longo prazo BNDES ocorridas nos últimos 12 meses, juros incorridos sobre a segunda emissão de debêntures cuja captação foi finalizada em abril de 2015 no valor de R\$ 100 milhões. Tais empréstimos são indexados a TJLP e IPCA e esses índices apresentaram crescimento elevado nos últimos 12 meses influenciado principalmente pelo desaquecimento econômico. Em comparação com 4T15 o resultado financeiro ficou 22,1% melhor devido principalmente a maior capitalização de juros ocorrida no 1T16.

Prejuízo

- No 1T16 a Empresa apurou prejuízo de R\$ 10,4 milhões ante prejuízo de R\$ 5,8 milhões no 1T15. O aumento do prejuízo está relacionado principalmente ao aumento nos custos operacionais, amortizações e despesas financeiras. Em relação ao 4T15 o prejuízo da Empresa foi menor devido a redução dos custos e despesas operacionais e despesas financeiras.

Comentário do Desempenho



Endividamento

- A Empresa encerrou o 1T16 com endividamento bruto de terceiros de 464,2 milhões, apresentando um acréscimo de 45,6% se comparado ao 1T15, devido às captações de empréstimos conforme mencionado anteriormente. O endividamento líquido no 1T16 aumentou R\$ 146,1 milhões em relação ao 1T15, essa variação é justificada pelas captações já mencionadas.

Investimentos

No 1T16 foram investidos R\$ 38,9 milhões em obras para cumprimento do contrato de concessão.

Os principais investimentos do período foram os seguintes:

- (i) Implantação de trevo em desnível, com alças, em pista dupla;
- (ii) Execução de passarela sobre pista dupla;
- (iii) Ruas laterais;
- (iv) Duplicação trecho Curitiba – PR a Fazenda Rio Grande – PR;
- (v) Pavimento;
- (vi) Sinalização horizontal;
- (vii) Elementos de proteção e segurança;
- (viii) Sistemas de drenagem e obras de arte correntes;
- (ix) Manutenção de terraços e estruturas de contenção;
- (x) Implantação de terceiras faixas.

Comentário do Desempenho



ANEXO 1 – TABELA DRE

Veículos Equivalentes	1T16	4T15	1T15	Var%1T16/4T15	Var%1T16/1T15
AUTOPISTA PLANALTO SUL S/A	6.382	6.436	6.894	-0,8%	-7,4%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS					
(em R\$ Mil)					
	1T16	4T15	1T15	Var%1T16/4T15	Var%1T16/1T15
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	71.993	64.497	73.058	11,6%	-1,5%
Receitas de pedágio	30.639	26.966	28.283	13,6%	8,3%
Receitas de obras	41.169	37.299	44.738	10,4%	-8,0%
Receitas acessórias	185	232	37	-20,3%	400,0%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(2.678)	(2.351)	(2.450)	13,9%	9,3%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	69.315	62.146	70.608	11,5%	-1,8%
CUSTOS E DESPESAS	(60.732)	(59.179)	(60.568)	2,6%	0,3%
Custo dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(14.222)	(15.284)	(13.185)	-6,9%	7,9%
Custo dos serv. de construção	(41.169)	(37.299)	(44.738)	10,4%	-8,0%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(1.801)	(3.092)	(2.612)	-41,8%	-31,0%
Remuneração da administração	(278)	(281)	(232)	-1,1%	19,8%
Provisão para manutenção em rodovia	(3.279)	(3.223)	199	1,7%	-1747,7%
Outras receitas operacionais, líquidas	17	-	-	-	-
EBITDA	8.583	2.967	10.040	189,3%	-14,5%
Margem EBITDA	12,4%	4,8%	14,2%		
DEPRECIações, AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES	(10.268)	(9.984)	(9.169)	2,8%	12,0%
Depreciação de imobilizado	(63)	(62)	(70)	1,6%	-10,0%
Amortização do intangível	(9.756)	(9.470)	(8.654)	3,0%	12,7%
Amortização do diferido	(449)	(452)	(445)	-0,7%	0,9%
RESULTADO FINANCEIRO	(13.934)	(17.889)	(9.555)	-22,1%	45,8%
Receitas financeiras	707	(1.692)	2.047	-141,8%	-65,5%
Despesas financeiras	(14.641)	(16.197)	(11.602)	-9,6%	26,2%
LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	(15.619)	(24.906)	(8.684)	-37,3%	79,9%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	5.261	8.503	2.870	-38,1%	83,3%
Corrente	-	-	-	-	-
Diferido	5.261	8.503	2.870	-38,1%	83,3%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	(10.358)	(16.403)	(5.814)	-36,9%	78,2%

EBITDA AJUSTADO					
(em R\$ Mil)					
	1T16	4T15	1T15	Var%1T16/4T15	Var%1T16/1T15
EBITDA	8.583	2.967	10.040	189,3%	-14,5%
(+) Provisão para manutenção de rodovia	3.279	3.223	(199)	1,7%	-1747,7%
EBITDA Ajustado ¹	11.862	6.190	9.841	91,6%	20,5%

1) EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

2) Considera ajuste referente à provisão p/ manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICPC 01.

A Autopista Planalto Sul S.A. é uma empresa controlada pela Arteris S.A., sociedade de capital aberto listada no Novo Mercado. Para maiores informações sobre o Grupo, consultar os [websites www.arteris.com.br](http://www.arteris.com.br) e www.cvm.gov.br (neste, acessar em “acesso rápido”, o item “ITR, DFP, IAN, FC. FR e outras informações”).

Notas Explicativas S.A.AUTOPISTA PLANALTO SUL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Planalto Sul S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Rio Negro, Estado do Paraná, Brasil, situada na Avenida Afonso Petschow, 4040 bairro Industrial. Constituída em 19 de dezembro de 2007, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A. A Sociedade tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116 - PR/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e a divisa entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 02, em conformidade com o Edital de Licitação nº 006/2007, publicado pela ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres, sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A Sociedade é uma subsidiária “estrategicamente importante” para o seu acionista controlador Arteris S.A., a qual continuará garantindo a execução de seu programa de investimentos no portfólio atual de concessões. A Sociedade encontra-se em fase inicial onde há necessidade de um alto volume de investimentos. Por isso, a Sociedade necessita captar recursos tanto de terceiros como do seu acionista Arteris S.A. O grupo Arteris conta com uma qualidade de crédito que reflete a combinação da solidez econômica das suas subsidiárias e a capacidade de gerarem caixa para prover recursos suficientes, de modo que a Sociedade possa lidar com suas obrigações e, ainda, continuar realizando os investimentos necessários, de acordo com os contratos de concessão assinados.

No período de três meses findo em 31 de março de 2016 não ocorreram mudanças no contexto operacional em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

A emissão das informações trimestrais da Sociedade foi aprovada pela Diretoria em 11 de maio de 2016.

2. CONCESSÕES

No período de três meses findo em 31 de março de 2016 não ocorreram mudanças no contrato de concessão em relação a 31 de dezembro de 2015, além do mencionado abaixo:

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$1.846. A partir de 31 de março de 2016 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$31.074 a valor nominal, corrigido pelo IPCA, conforme determinado no contrato de concessão.

A Sociedade estima, em 31 de março de 2016, o montante de R\$245.714 (R\$282.911 em 31 de dezembro de 2015) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$272.277 (R\$267.868 em 31 de dezembro de 2015) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão. Os valores referentes a 31 de março de 2016 poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

Notas Explicativas

3. BASE PARA PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade

As informações trimestrais foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, e também de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

A Administração da Sociedade apresenta todas as informações relevantes das informações trimestrais, e essas informações correspondem as utilizadas por ela na sua gestão.

As demais informações relativas a: base de mensuração; moeda funcional e moeda de apresentação; uso de estimativa e julgamento, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas na elaboração das informações financeiras trimestrais estão consistentes com aquelas divulgadas demonstrações financeiras da Sociedade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 ,e portanto, devem ser lidas em conjunto, considerando as atualizações a seguir:

Passivos ajustados ao seu valor presente

Os saldos reais e a valor presente de passivos, circulante e não circulante, nas datas dos balanços estão demonstrados a seguir:

<u>Circulantes</u>	<u>31.03.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Provisão para investimento em rodovias - real	1.915	1.362
Provisão para investimento em rodovias a valor presente	<u>1.839</u>	<u>1.217</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(76)</u>	<u>(145)</u>
Provisão para manutenção em rodovias - real	2.197	-
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	<u>2.043</u>	<u>-</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(154)</u>	<u>-</u>
<u>Não circulantes</u>		
Provisão para investimento em rodovias - real	3.194	3.748
Provisão para investimento em rodovias a valor presente	<u>2.883</u>	<u>3.434</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(311)</u>	<u>(314)</u>
Provisão para manutenção em rodovias - real	48.205	47.123
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	<u>42.869</u>	<u>41.049</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(5.336)</u>	<u>(6.074)</u>

Notas Explicativas S.A.

A recomposição dos saldos aos seus valores reais nas datas dos balanços pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira no resultado do exercício.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>31.03.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Caixa e contas bancárias	750	666
Aplicações financeiras (*)	<u>8.258</u>	<u>6.225</u>
Total	<u><u>9.008</u></u>	<u><u>6.891</u></u>

(*) Representadas por aplicações com liquidez imediata, com insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição, cuja composição da carteira nas respectivas datas é apresentada a seguir:

	<u>31.03.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Certificados de Depósito Bancário – CDB	2.871	2.195
Debêntures compromissadas	5.034	856
Fundos de investimentos	<u>353</u>	<u>3.174</u>
Total	<u><u>8.258</u></u>	<u><u>6.225</u></u>

As aplicações financeiras representam valores aplicados em fundos de investimentos exclusivos, com liquidez diária, tendo como características aplicações pós-fixadas em títulos públicos federais, CDBs, letras financeiras e operações compromissadas lastreadas em debêntures de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito, as quais foram remuneradas em média em 88% da variação do CDI para CDBs, 75% da variação do CDI para debêntures compromissadas e 100,53% da variação do CDI para fundos de investimentos.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>31.03.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	5.766	4.695
Cartões de pedágio a receber	342	269
Receitas acessórias a receber (a)	<u>260</u>	<u>178</u>
Total	<u><u>6.368</u></u>	<u><u>5.142</u></u>

(*) Conforme nota explicativa nº 24.c.

Notas Explicativas

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de março de 2016. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Estão representados por:

	<u>31.03.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Ativo não circulante		
Bases do ativo diferido:		
Prejuízo fiscal (a)	90.777	79.806
Provisão de participação nos lucros	1.387	1.273
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (b)	225	120
Provisão para manutenção	44.912	41.049
Ajuste dos encargos financeiros	1.117	1.045
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Diferenças passivas de intangível, diferido e imobilizado, líquidas	(25.077)	(25.077)
Amortização passivas dos ajustes - mudança de práticas contábeis	1.738	1.390
Base de cálculo	<u>115.079</u>	<u>99.606</u>
Alíquota nominal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do imposto de renda e contribuição social	<u>39.127</u>	<u>33.866</u>

- a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, suportados por projeções de resultados tributáveis futuros.
- b) Referem-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais de reclamações pendentes de resoluções.
- c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei no 12.973/14. Desta forma, passou a amortizar o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se previsões de sua Administração, portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, são como segue:

Notas Explicativas S.A.

Exercício a findar-se em:

2016 (após março)	229
2017	2.676
2018	2.636
2019	4.968
2020	4.968
Após 2021	23.650
	<u>39.127</u>

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. Abaixo se encontra breve descrição dessas obrigações:

BNDES

A Sociedade deve depositar em conta pagamento de instituição financeira 50% da arrecadação das praças de pedágio. Estes recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento junto ao BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Este valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais.

Em 31 de março de 2016 o saldo é de R\$8.245 (R\$7.487 em 31 de dezembro de 2015), essas aplicações financeiras vinculadas foram remuneradas em média a 97,1% da variação do CDI.

Notas Explicativas

Notas Explicativas**9. IMOBILIZADO**

A movimentação em 31 de março de 2016 é como segue:

	Móveis, Utensílios e Instalações	Computadores e Periféricos	Veículos	Máquinas e Equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>					
Saldo em 31.12.2015	1.067	405	183	978	2.633
Adições	-	7	-	3	10
Saldo em 31.03.2016	<u>1.067</u>	<u>412</u>	<u>183</u>	<u>981</u>	<u>2.643</u>
<u>Depreciação acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2015	(482)	(301)	(166)	(335)	(1.284)
Depreciações	(26)	(8)	(4)	(25)	(63)
Saldo em 31.03.2016	<u>(508)</u>	<u>(309)</u>	<u>(170)</u>	<u>(360)</u>	<u>(1.347)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>					
Saldo em 31.12.2015	585	104	17	643	1.349
Saldo em 31.03.2016	559	103	13	621	1.296
Taxas de depreciação - a.a.	10%	4%	20%	20%	

Notas Explicativas**10. INTANGÍVEL**

A movimentação em 31 de março de 2016 é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento (b)	Adiantamento fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2015	752.210	792	247.642	2	1.000.646
Adições	-	-	50.294	-	50.294
Transferências / Reclassificações	25.040	-	(25.040)	-	-
Saldo em 31.03.2016	<u>777.250</u>	<u>792</u>	<u>272.896</u>	<u>2</u>	<u>1.050.940</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2015	(93.277)	(545)	-	-	(93.822)
Amortizações	(9.733)	(23)	-	-	(9.756)
Saldo em 31.03.2016	<u>(103.010)</u>	<u>(568)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(103.578)</u>
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2015	658.933	247	247.642	2	906.824
Saldo em 31.03.2016	674.240	224	272.896	2	947.362
Taxas de amortização - a.a.	3,54%	20%			

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.

(b) Refere-se a obras em andamento, tendo como a principal a duplicação da BR-116/PR entre Curitiba e Mandirituba.

Notas Explicativas**11. DIFERIDO**

É representado por:

	<u>31.03.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Gastos pré-operacionais:		
Pessoal/administradores	3.544	3.544
Consumo	981	981
Custos contratuais da concessão	3.246	3.246
Depreciações e amortizações	67	67
Conservação da rodovia	4.153	4.153
Serviços de terceiros	5.176	5.176
Tributários	1.207	1.207
Resultados financeiros	(869)	(869)
Outros gastos	327	327
	<u>17.832</u>	<u>17.832</u>
Amortização acumulada	<u>(12.810)</u>	<u>(12.361)</u>
	<u>5.022</u>	<u>5.471</u>

Refere-se a gastos pré-operacionais representados por estudos de viabilidade, reformas e obras nas faixas de domínio necessárias para equalização de necessidade de reparos emergenciais nas rodovias e serviços prestados de acordo com o estabelecido nos contratos de concessão, incorridos até 31 de dezembro de 2008. Os gastos pré-operacionais são amortizados em dez anos, conforme a expectativa de retorno desses gastos pela Administração da Sociedade, de acordo com a Lei nº 11.941/09.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

	Encargos anuais	Vencimento final	31.03.2016		31.12.2015	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	TJLP + 2,58% a.a.	dezembro/2025	23.202	264.670	22.690	269.474
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	TJLP + 2,62% a.a.	março/2027	121	34.958	121	34.834
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	IPCA + 8,99% a.a.	janeiro/2027	-	17.228	-	16.361
			<u>23.323</u>	<u>316.856</u>	<u>22.811</u>	<u>320.669</u>
Custo de transação			(127)	(1.180)	(76)	(1.283)
Total			<u>23.196</u>	<u>315.676</u>	<u>22.735</u>	<u>319.386</u>

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

- a) Contrato de abertura de crédito firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para financiamento das obras e dos serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, ampliação, operação e exploração de rodovias.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2016, as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2017	23.995
2018	31.629
2019	33.029
2020	35.737
A partir de 2021	191.286
	<u>315.676</u>

Em 31 de março de 2016 não houve alteração nas cláusulas restritivas contidas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

O item “h” das cláusulas restritivas do contrato firmado com o BNDES prevê que:

A Sociedade não deve realizar distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$ICSD = \left(\frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}} \right)$$

Onde:

Geração de Caixa da Atividade	Serviço da Dívida	EBITDA
(+) EBITDA	(+) Amortização de principal	(+) Lucro líquido
(-) Imposto de renda	(+) Pagamentos de juros	(+) Despesa/receita financeira líquida
(-) Contribuição social		(+) Depreciações e amortizações
		(+) Provisão para imposto de renda e contribuição social
		(+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais

Em 31 de março de 2015 a Sociedade apresenta seu índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD abaixo de 1,3. Conforme mencionado no entanto, a Sociedade não realizou nenhuma ação que descumpra esta cláusula restritiva.

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas na data das informações trimestrais. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

Notas Explicativas

13. DEBÊNTURES

São representadas por:

	Quantidade emitida unitária	Taxas contratuais (%)	Vencimento final	31.03.2016		31.12.2015
				Circulante	Não circulante	Não circulante
2ª emissão (b)	10.000	IPCA + 8,17% a.a.	dezembro/2025	701	125.597	120.472
	10.000			701	125.597	120.472
Custo de transação				(105)	(908)	(1.098)
Total				596	124.689	119.374

(a) 2ª emissão de debêntures de 15 de dezembro de 2014 com valor real unitário de R\$10 (dez mil reais) cada uma.

As debêntures foram subscritas pelo seu valor real unitário acrescido, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	Data emissão	Valor nominal	Data integralização	Valor subscrito
2ª emissão	15.12.2014	100.000	23.12.2014	110.697
		100.000		110.697

A remuneração das debêntures da 2ª emissão será paga anualmente no dia 15 de dezembro, a partir de 2016 na razão de 25% do saldo na data de vencimento, o restante será incorporado ao principal da dívida. Para os anos de 2017 e 2018 os pagamentos ocorrerão à razão de 60% em cada ano de vencimento e o saldo remanescente incorporado ao principal da dívida. A partir do ano de 2019 os juros passarão a ser pagos anualmente junto com principal no dia 15 de dezembro de cada ano até a data de seu vencimento conforme o cronograma de amortização constante da Escritura de Emissão.

A amortização do valor principal atualizado será em sete parcelas anuais, a partir de dezembro de 2019 até dezembro de 2025 conforme percentual de amortização estipulado em contrato.

Em 31 de março de 2016, as parcelas relativas ao saldo de longo prazo das emissões apresentavam a seguinte composição:

<u>Ano de vencimento</u>	
2019	1.617
2020	9.543
A partir de 2021	113.529
	<u>124.689</u>

As debêntures da 2ª emissão contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme divulgado na seção “Escrituras e adiantamentos de debêntures”, arquivado na CVM.

Notas Explicativas

As debêntures da 2ª emissão são garantidas por:

1. Cessão fiduciária dos direitos creditórios de titularidade da emissora.
2. Penhor de 100% das ações de titularidade da emissora.
3. Cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão.

Em 31 de março de 2016, a Sociedade não apresentava desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

14. FORNECEDORES

Em 31 de março de 2016, o saldo de R\$15.610 (R\$11.424 em 31 de dezembro de 2015) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços relacionados predominantemente à concessão e inclui gastos com aquisição de estoques e itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos em 31 de março de 2016 e de 31 de dezembro de 2015 e as transações realizadas nos períodos findos em 31 de março de 2016 e de 2015, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

	<u>31.03.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
<u>Ativo circulante</u>		
Contas a receber:		
Arteris S.A (a)	-	7
Latina Sinalização de Rodovias Ltda (a)	-	13
Total	<u>-</u>	<u>20</u>
<u>Passivo circulante</u>		
Empréstimo:		
Mútuos - Arteris S.A. (d)	23.585	22.229
Debêntures:		
Debêntures - Arteris S.A. (c)	9.045	-
Contas a pagar:		
Arteris S.A	241	473
Fornecedores:		
Latina Manutenção de Rodovias Ltda (b)	2.442	3.093
Autopista Litoral Sul S.A. (a)	1	-
Autopista Regis Bittencourt S.A. (a)	-	-
Total	<u>35.314</u>	<u>25.795</u>
<u>Passivo não circulante</u>		
Empréstimo:		
Mútuos - Arteris S.A. (d)	181.681	176.898
Debêntures:		
Debentures - Arteris S.A. (c)	21.588	29.710
Total	<u>203.269</u>	<u>206.608</u>

Contas de Resultado:	<u>31.03.2016</u>			<u>31.03.2015</u>		
	Conservação da rodovia (c)	Despesas financeiras (c) (d)	Despesas gerais (a)	Conservação da rodovia (c)	Despesas financeiras (c) (d)	Despesas gerais (a)
Arteris S.A.	-	(7.222)	(183)	-	(5.943)	(529)
Autopista Litoral Sul S.A.	-	-	(1)	-	-	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	(133)	-	-	(385)	-	-
Autopista Régis Bittencourt S.A.	-	-	-	-	-	(3)
Total	<u>(133)</u>	<u>(7.222)</u>	<u>(184)</u>	<u>(385)</u>	<u>(5.943)</u>	<u>(532)</u>

- (a) Refere-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris.
- (b) Referem-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação inicial da malha rodoviária concedida para a Sociedade.
- (c) Decorrentes da 3ª e 4ª emissão de debêntures série única não conversíveis em ações celebrado com a Arteris S.A para execução do plano de investimentos da Sociedade. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI

Notas Explicativas

acrescentado do spread respectivamente de 1,4% e 1,5% ao ano, com vencimento do principal e juros em 29 de março de 2017 e 19 de agosto de 2017 respectivamente.

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	Valor do principal	Juros	
				31.03.2016	31.12.2015
30.03.2015	Março de 2017	CDI + 1,40% a.a.	8.000	1.045	772
19.08.2015	Agosto de 2017	CDI + 1,500% a.a.	20.000	1.588	938
			<u>28.000</u>	<u>2.633</u>	<u>1.710</u>

- (d) Decorrentes de contratos de mútuo passivo obtidos para financiamento das operações da Sociedade, com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,037% a 1,7% ao ano com vencimentos de juros, a partir de dezembro de 2016 e do principal a partir de dezembro de 2017, conforme demonstrados a seguir:

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	31.03.2016		31.12.2015	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
29.09.2008	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a.	8.000	7.256	8.000	6.814
27.11.2008	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a.	13.000	11.791	13.000	11.072
19.12.2008	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a.	16.000	14.513	16.000	13.627
28.01.2013	dezembro/2017	CDI + 1,7% a.a.	25.000	9.717	25.000	8.663
19.04.2013	dezembro/2017	CDI + 1,7% a.a.	35.000	12.834	35.000	11.380
27.09.2013	dezembro/2017	CDI + 1,7% a.a.	20.000	6.379	20.000	5.578
30.12.2013	dezembro/2017	CDI + 1,7% a.a.	20.000	5.776	20.000	4.993
			<u>137.000</u>	<u>68.266</u>	<u>137.000</u>	<u>62.127</u>

No decorrer do período findo em 31 de março de 2016, a Sociedade reconheceu o montante de R\$ 278 (232 em 31 de março de 2015), a título de remuneração de seus administradores. Os administradores, não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, bem como não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade concede a seus empregados a participação no lucro e resultado anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para Participação nos Lucros e Resultados (PLR) registrados em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$1.387 e R\$1.273.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o exercício que trabalharam durante o período social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

Notas Explicativas

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, sempre que necessário essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

16. PROVISÕES

Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários da rodovia, bem como a processos trabalhistas.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais durante o período findo em 31 de março de 2016 é conforme segue:

	<u>31.12.2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>31.03.2016</u>
Cíveis	79	128	(1)	(45)	161
Trabalhistas	41	23	-	-	64
Total	<u>120</u>	<u>151</u>	<u>(1)</u>	<u>(45)</u>	<u>225</u>

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam o montante de R\$278 (R\$343 em 31 de dezembro de 2015).

Os depósitos judiciais nos montantes de R\$18.018 em 31 de março de 2016 (R\$18.019 em 31 de dezembro de 2015) classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. Este saldo é composto em sua maioria por autos de infrações impostos pela ANTT.

Notas Explicativas

Provisão para manutenção e investimentos

A contabilização das provisões de manutenção e de investimentos na rodovia é calculada, respectivamente, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo na provisão de investimentos considerados os valores até o final da concessão e na de manutenção considerados os valores da próxima intervenção.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimento durante o período findo em 31 de março de 2016 é conforme segue:

	Circulante		Não circulante	
	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia
Saldos em 31.12.2015	-	1.217	41.049	3.434
Adições	-	-	3.279	(1)
Ajuste a valor presente	-	-	584	72
Transferências (a)	2.043	622	(2.043)	(622)
Saldo em 31.03.2016	2.043	1.839	42.869	2.883

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) O capital social em 31 de março de 2016 é de R\$327.818 e em 31 de dezembro de 2015 é de R\$282.818. As ações ordinárias sem valor nominal em 31 de dezembro de 2015 estão demonstradas a seguir:

	31.03.2016		
	Quantidade de ações subscritas	Quantidade de ações integralizadas	Participação - %
Arteris S.A.	344.677.249	344.677.249	100%

A Sociedade aprovou em Assembleia Geral os seguintes aumentos de capital conforme segue:

Data da Integralização	Forma de Integralização	Valor	Quantidade de ações Integralizadas
05.01.2016	Dinheiro	5.000	6.540.222
20.01.2016	Dinheiro	8.000	10.624.170
05.02.2016	Dinheiro	5.000	6.596.306
22.02.2016	Dinheiro	12.000	16.216.216
07.03.2016	Dinheiro	3.000	4.000.000
21.03.2016	Dinheiro	12.000	16.085.791
		45.000	60.062.705

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Notas Explicativas

b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos:

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do e, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

18. RECEITAS

Estão representadas por:

	<u>31.03.2016</u>	<u>31.03.2015</u>
Receita de serviços prestados	30.639	28.283
Receita de serviços de construção	41.169	44.738
Outras receitas (*)	<u>185</u>	<u>37</u>
	<u><u>71.993</u></u>	<u><u>73.058</u></u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

	<u>31.03.2016</u>	<u>31.12.2014</u>
Receita bruta	71.993	73.058
ISSQN	(1.540)	(1.415)
PIS	(203)	(184)
COFINS	<u>(935)</u>	<u>(851)</u>
Receita líquida	<u><u>69.315</u></u>	<u><u>70.608</u></u>

Notas Explicativas**19. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA**

Estão representados por:

	<u>31.03.2016</u>	<u>31.03.2015</u>
Despesas:		
Com pessoal	(788)	(1.297)
Serviços de terceiros	(218)	(370)
Manutenção de bens e conservação	(58)	(14)
Depreciação / Amortização	(201)	(209)
Provisão para contingências cíveis, trabalhistas e fiscais	(150)	(147)
Seguros/Garantias	(2)	-
Consumo	(138)	(133)
Transportes	(59)	(59)
Comunicação e Marketing	(130)	(56)
Outros	(258)	(536)
Total	<u>(2.002)</u>	<u>(2.821)</u>

	<u>31.03.2016</u>	<u>31.03.2015</u>
Custos:		
Custos de serviços da construção	(41.169)	(44.738)
Com pessoal	(2.468)	(1.822)
Serviços de terceiros	(4.337)	(5.084)
Conservação	(4.343)	(3.548)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(376)	(188)
Consumo	(672)	(563)
Transportes	(519)	(464)
Verba de fiscalização	(769)	(696)
Seguros / Garantias	(432)	(525)
Provisão de manutenção em rodovias	(3.279)	199
Depreciação / Amortização	(10.067)	(8.960)
Outros	(306)	(295)
Total	<u>(68.737)</u>	<u>(66.684)</u>

20. RESULTADO FINANCEIRO

Estão representados por:

	<u>31.03.2016</u>	<u>31.03.2015</u>
Receitas financeiras:		
Juros ativos	-	1.000
Aplicações financeiras	408	400
Encargos financeiros - reversão de ajuste a valor presente	-	643
Outras receitas	299	4
Total	<u>707</u>	<u>2.047</u>

Notas Explicativas

	<u>31.03.2016</u>	<u>31.03.2015</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros	(13.689)	(10.546)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(656)	(766)
Outras despesas	<u>(296)</u>	<u>(290)</u>
Total	<u><u>(14.641)</u></u>	<u><u>(11.602)</u></u>

21. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**a) Caixa e equivalentes de caixa**

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	<u>31.03.2016</u>	<u>31.03.2015</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	20.897	30.191
Juros capitalizados	9.128	2.049
	<u>31.03.2016</u>	<u>31.03.2015</u>
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de investimentos, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível do exercício	(18.657)	(26.803)

22. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos trimestres findos em 31 de março de 2016 e de 2015 é como segue:

	<u>31.03.2016</u>	<u>31.03.2015</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(15.619)	(8.684)
Alíquota vigente combinada	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	5.310	2.953
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Outros ajustes	<u>(49)</u>	<u>(83)</u>
Despesa contabilizada	<u><u>5.261</u></u>	<u><u>2.870</u></u>
Despesas de imposto de renda e contribuição social:		
Diferido	5.261	2.870

Notas Explicativas

Em 11 de novembro de 2013 foi editada a Medida Provisória - MP 627 transformada em lei nº. 12.937 em 13 de maio de 2014, introduzindo modificações nas regras tributárias e eliminando o Regime de Tributação Transitória - RTT adotado pela Sociedade e suas controladas para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. A Sociedade adotou esta Lei a partir de 1º de janeiro de 2015.

23. PREJUÍZO POR AÇÃO

A tabela a seguir reconcilia o prejuízo líquido e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do prejuízo básico e do prejuízo diluído por ação.

	<u>31.03.2016</u>	<u>31.03.2015</u>
<u>Básico/Diluído</u>		
Prejuízo líquido do período	(10.358)	(5.814)
Número de ações durante o ano	<u>312.666</u>	<u>242.629</u>
Prejuízo por ação	<u>(0,03313)</u>	<u>(0,02396)</u>

Não há diferença entre prejuízo básico e prejuízo diluído por ação por não ter havido durante o período findo em 31 de março de 2016, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro (prejuízo) por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Gestão de risco de capital

A Administração da Sociedade gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Sociedade consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

Notas Explicativas

Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, devido ao que segue:

Empréstimos e financiamentos e debêntures: são substancialmente contratados a taxas de juros pós-fixadas.

Contas a receber e fornecedores: possuem prazo médio de 30 dias.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: estão substancialmente indexados ao CDI.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Sociedade não detém instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

Ativos	Nível (*)	31.03.2016	31.12.2015
		Empréstimos recebíveis	Empréstimos recebíveis
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	9.008	6.891
Aplicações financeiras	Nível 2	8.245	7.487
Partes relacionadas	Nível 2	-	20
Contas a receber clientes	Nível 2	6.368	5.142
Outros créditos	Nível 2	110	111

Passivos	Nível (*)	31.03.2016	31.12.2015
		Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado
Fornecedores e cauções	Nível 2	22.203	20.218
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	338.872	342.121
Debêntures	Nível 2	125.285	119.374
Partes relacionadas	Nível 2	238.583	232.403
Taxa de fiscalização	Nível 2	256	242
Outras contas a pagar	Nível 2	1.233	1.775

O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Notas Explicativas

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de março de 2016, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em atendimento a Instrução CVM nº475, em 31 de março de 2016, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e uma redução de 25% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures e mútuos com partes relacionadas, líquidos das aplicações financeiras.

Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	11,75%	14,69%	17,63%
Juros a incorrer - Partes relacionadas (*)	(26.791)	(32.557)	(38.287)
Receita de aplicações financeiras (*)	707	884	1.061
TJLP	7,50%	9,38%	11,25%
Juros a incorrer - BNDES (*)	(25.908)	(26.115)	(26.319)
IPCA	6,20%	7,75%	9,30%
Juros a incorrer - BNDES/ Debêntures (*)	(19.595)	(21.705)	(23.814)
Total	(71.587)	(79.493)	(87.359)

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

(*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

c) Risco de crédito

Em 31 de março de 2016 a Sociedade apresentava valores a receber de R\$4.902 (R\$4.695 em 31 de dezembro de 2015) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Dbtrans, Conectar e Autoexpresso, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

Notas Explicativas

A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada)	2015	2016	2017	2018	2019 em diante	Total
Debêntures - IPCA	13,00%	2.614	7.042	7.693	17.504	502.698	537.551
BNDES Automático	8,21%	35.994	47.945	53.537	53.707	300.146	491.329
Total		<u>38.608</u>	<u>54.987</u>	<u>61.230</u>	<u>71.211</u>	<u>802.844</u>	<u>1.028.880</u>

25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

26. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de Riscos Operacionais, Riscos de Engenharia e de Responsabilidade Civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que

Notas Explicativas

integram a Concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de março de 2016, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*)	160.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia	Garantia de execução do contrato de concessão	59.612

(*) Por sinistro

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração da ANTT para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. O valor dessa garantia em 31 de março de 2016 é de R\$20.077.

27. EVENTO SUBSEQUENTE

No dia 18 de abril de 2016 a Sociedade obteve a 2ª liberação dos Sub-créditos “D1”, Sub-créditos “D2”, Sub-créditos “D1 - IPCA” e Sub-créditos “D2 - IPCA” no valor de R\$3.345 (Três Milhões, Trezentos e Quarenta e Cinco Mil Reais), referente a empréstimo de longo prazo celebrado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. O referido empréstimo tem prazo de vencimento para março de 2027 e taxas de juros de 2,62% + TJLP a.a., 2,62% + IPCA a.a. e TJLP. Os recursos obtidos serão destinados à execução do plano de investimentos da Sociedade.

A Sociedade aprovou em Assembleia Geral Extraordinária do dia 05 de abril de 2016 o aumento do capital social em dinheiro no valor de R\$5.000 mediante a emissão de 7.032.349 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, integralizadas nesta data.

A Sociedade aprovou em Assembleia Geral Extraordinária do dia 20 de abril de 2016 o aumento do capital social em dinheiro no valor de R\$10.000 mediante a emissão de 13.440.860 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, integralizadas nesta data.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da

Autopista Planalto Sul S.A.

Rio Negro - PR

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Autopista Planalto Sul S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2016, preparadas sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 11 de maio de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Edgar Jabbour

Contador

CRC nº 1 SP 156465/O-9

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autopista Planalto Sul S/A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2016 e exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

Rio Negro, 11 de maio de 2016

Diretoria

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin

Diretora Jurídica

Antonio Cesar Ribas Sass

Diretor Superintendente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autopista Planalto Sul S/A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

Rio Negro, 11 de maio de 2016

Diretoria

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin

Diretora Jurídica

Antonio Cesar Ribas Sass

Diretor Superintendente